

Argo II Transmissão de Energia S.A.

**Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Argo II Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Argo II Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Argo II Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

ARGO II TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.706	3.676	Fornecedores	12	1.879	497
Títulos e valores mobiliários	5.1	44.358	7.616	Encargos sociais e trabalhistas	13	300	266
Contas a receber de clientes	6	2.697	3.875	Imposto de renda e contribuição social		829	471
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9	274	1.008	Obrigações tributárias	14	694	1.097
Tributos a compensar	10	5	6	Obrigações regulatórias	15	328	284
Ativo da concessão	8	58.380	55.948	Dividendos a pagar		355	4.831
Despesas pagas antecipadamente	7	129	118	Contas a pagar - partes relacionadas	18	163	105
Outros ativos		909	12.620	Empréstimos e Financiamentos	16	8.523	8.220
Total do ativo circulante		108.458	84.867	PIS e Cofins diferidos	17	2.131	2.042
				Outros passivos		4.179	1.898
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		19.381	19.711
Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	4.405	4.453	NÃO CIRCULANTE			
Ativo da concessão	8	430.104	416.039	Empréstimos e Financiamentos	16	183.652	181.576
Imobilizado	11	851	1.146	Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	15.045	14.537
Outros ativos		664	-	PIS e COFINS diferidos	17	15.699	15.185
Total do ativo não circulante		436.024	421.638	Total do passivo não circulante		214.396	211.298
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	20	38.045	38.045
				Reserva de lucros		264.125	237.451
				Dividendos adicionais propostos		8.535	-
				Total do patrimônio líquido		310.705	275.496
TOTAL DO ATIVO		544.482	506.505	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		544.482	506.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO II TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita de operação e manutenção, construção de infraestrutura e outras		7.101	62.330
Remuneração financeiro do ativo de concessão		66.102	114.238
Parcela variável, encargos setoriais e outras deduções		(7.111)	(10.321)
RECEITA LÍQUIDA	21	<u>66.092</u>	<u>166.247</u>
CUSTO DE CONSTRUÇÃO		-	(10.167)
CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	22	(11.153)	(3.664)
LUCRO BRUTO		<u>54.939</u>	<u>152.416</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	22	(1.818)	(1.987)
Outras despesas e receitas operacionais	22	540	5.917
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>53.661</u>	<u>156.346</u>
Receitas financeiras	23	3.936	3.030
Despesas financeiras	23	(18.036)	(19.954)
RESULTADO FINANCEIRO		<u>(14.100)</u>	<u>(16.924)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>39.561</u>	<u>139.422</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	24	(3.489)	(2.523)
Diferido	24	(508)	(3.802)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>35.564</u>	<u>133.097</u>
LUCRO POR AÇÃO - R\$ (BÁSICO E DILUÍDO)	25	0,9348	3,4984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO II TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	35.564	133.097
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>35.564</u>	<u>133.097</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO II TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

		<u>Capital social</u>	<u>Reservas</u>		<u>Dividendos adicionais propostos</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
	<u>Nota explicativa</u>	<u>Subscrito e integralizado</u>	<u>legal</u>	<u>de lucro a realizar</u>			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		38.045	6.035	137.077	-	-	181.157
Lucro líquido do exercício	25	-	-	-	-	133.097	133.097
Constituição de reserva legal	20	-	1.574	-	-	(1.574)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	20	-	-	98.642	-	(98.642)	-
Distribuição de dividendos adicionais propostos	20	-	-	-	-	(4.831)	(4.831)
Dividendos pagos	20	-	-	(5.877)	-	(28.050)	(33.927)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		38.045	7.609	229.842	-	-	275.496
Lucro líquido do exercício	25	-	-	-	-	35.564	35.564
Constituição de reserva de lucros a realizar	20	-	-	26.674	-	(26.674)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	(355)	(355)
Aprovação de dividendos adicionais propostos	20	-	-	-	8.535	(8.535)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		38.045	7.609	256.516	8.535	-	310.705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO II TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		35.564	133.097
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	508	3.802
Provisão para PIS e Cofins diferidos	17	603	5.287
Remuneração do ativo de concessão	21	(66.102)	(62.330)
Receita de operação e manutenção	21	(7.227)	(6.444)
Receita de construção		-	(18.223)
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	23	(3.892)	(3.030)
Ganho de eficiência		-	(89.571)
Depreciação e amortização	22	332	321
Juros e variação monetária sobre empréstimos	16	17.633	19.856
Rendimentos de Títulos e valores mobiliários		-	(1.925)
Amortização dos custos de transação	16	218	(87)
Caixa gerado pelas operações		(22.363)	(19.247)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	1.178	(1.603)
Ativo da concessão	8	56.832	50.736
Tributos a compensar	10	735	508
Despesas pagas antecipadamente	7	(11)	(54)
Outros Ativos		11.047	(2.518)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	12	1.382	(1.304)
Imposto de renda e contribuição social		358	-
Encargos sociais e trabalhistas	13	34	(176)
Obrigações tributárias	14	-	(1.371)
Obrigações regulatórias	15	44	194
Contas a pagar - partes relacionadas		58	(107)
Outros passivos		2.282	1.090
Imposto de renda e contribuição social pagos		(403)	(1.292)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		51.173	24.856
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado e intangível	11	(37)	-
Aplicação em títulos e valores mobiliários	5	(44.610)	(44.625)
Resgates em títulos e valores mobiliários	5	11.211	67.131
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(33.436)	22.506
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos e financiamentos	16	1.224	-
Pagamento de principal de empréstimos	16	(8.081)	(5.419)
Pagamento de juros de empréstimos	16	(8.615)	-
Aplicação em Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	(112)	(8.041)
Resgates em Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	708	3.588
Dividendos pagos		(4.831)	(33.927)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(19.707)	(43.799)
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(1.970)	3.563
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	1.706	3.676
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	3.676	113
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.970)	3.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Argo II Transmissão de Energia S.A. (“Argo II” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 1º de abril de 2016 e domiciliada à Rua Tabapuã, 841 – 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é uma controlada integral da Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.

1.1. Concessão

Em 28 de outubro de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e FIP P2 Brasil Infraestrutura (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na B3, para a aquisição da Concessão da Subestação Janaúba 3 - Compensadores Síncronos. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2016.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 16/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas por dois Compensadores Síncronos de Reativos em 500Kv na Subestação Janaúba III, - 90/+150 Mvar cada, incluindo transformadores elevadores e respectivas conexões, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em julho de 2021 a Companhia disponibilizou seus ativos para operação parcial, dessa forma antecipou parcialmente o recebimento da RAP em 7 meses, e em fevereiro de 2022 a Companhia finalizou a construção do empreendimento e o investimento total foi de aproximadamente R\$ 174.001. A RAP anual foi determinada em R\$ 39.400 (valor original) e atualizada para R\$ 55.814 (valor para o ciclo 2023-2024) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo II.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro “*IFRS – International Financial Reporting Standards*”, emitidas pelo “*IASB – International Accounting Standards Board*”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as orientações e interpretações dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeira foi aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2024.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e julgamentos são revisados de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de

financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.

- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; e (ii) operação e manutenção, da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 26 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que seja provável que a Companhia irá gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

2.5. Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2*) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando a Companhia a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas para melhor entendimento dos usuários das informações das demonstrações financeiras.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com

vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Na análise para classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- a. **Custo amortizado:** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- b. **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixas contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- c. **Valor justo por meio do resultado (VJR):** Se a Companhia possui o ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

(iii) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Fundos Vinculados - Caixa restrito	Valor justo através do resultado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Outros ativos	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado
Outros passivos	Custo amortizado

3.3. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui a dedução de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

3.4. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.5. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

A Companhia optou por realizar a apuração do imposto de renda e contribuição social através do regime do Lucro Presumido.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

3.6. Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.7. Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com a deliberação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.8. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico e diluído por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

3.9. Reconhecimento e mensuração de receita e do Ativo da concessão

A Companhia possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura.

Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, a Companhia ainda deve cumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um ativo da concessão de acordo com o CPC 47 (IFRS 15). Esse ativo da concessão passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), à medida que a Companhia passe a ter direito incondicional à caixa.

Após a entrada em operação, a infraestrutura de transmissão a Companhia será paga e remunerada através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela Companhia pela disponibilização da infraestrutura de

transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, operação e manutenção e um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato. Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho.

(a) Reconhecimento e mensuração de receita:

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- **Passo 3:** Determinar o preço da transação.
- **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece receita conforme descrito abaixo:

- (i) Receita de construção: a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.
- (ii) Receita de remuneração do Ativo de concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo da concessão, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo da concessão é de 9,67% ao ano.

Adicionalmente, A modelagem financeira utilizada pela Companhia na mensuração do ativo da concessão inclui entre outros elementos, a determinação de uma contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. O valor da contraprestação recebida pela Companhia pela construção da infraestrutura de concessão é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA dos últimos doze meses na data de reajuste. A Companhia efetua o cálculo da contraprestação variável com base no IPCA realizado entre a data da última homologação da Receita Anual Permitida - RAP pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a data base das demonstrações financeiras, e reconhece esse valor na medida em que é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer. Em 31 de dezembro de 2023, o valor dessa contraprestação variável é de R\$ 21.704, representando um acréscimo na receita de remuneração do ativo da concessão em contrapartida do saldo do ativo da concessão.

- (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

3.10. Reconhecimento e mensuração do Ativo de concessão

Conforme descrito acima o Ativo de concessão é reconhecido em contrapartida da receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão.

Adicionalmente, os contratos de concessão estabelecem que a Companhia deve construir e efetuar melhorias na infraestrutura de transmissão, sendo que a contraprestação a ser paga pelo Poder Concedente por esse serviço de construção e melhoria será recebida pela Companhia ao longo do contrato de concessão. Como o contrato de concessão detidos pela Companhia têm prazo de 30 anos (conforme descrito nas notas explicativas 1.1), a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão.

O montante do Ativo de concessão é mensurado com base em uma modelagem financeira que desconta a valor presente os fluxos de recebimentos futuros provenientes da RAP, com base em uma taxa de juros que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos. Essa taxa considera os riscos e prêmios específicos do contrato de concessão.

A receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão e a receita de remuneração do ativo da concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "PIS e Cofins diferidos no passivo não circulante.

Redução ao valor recuperável ("impairment")

a. Ativos financeiros e ativos da concessão

Um ativo financeiro e ativo da concessão não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro e/ou ativo de concessão é reconhecida pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b. Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

3.11. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que os principais tomadores de decisão estratégica e operacional da Companhia avaliam a “performance” dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3.12. Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2023

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e Declaração de Prática 2 – Fazendo Julgamentos de Materialidade	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações ao CPC 26/IAS 1	Passivos não circulantes com Covenants	01/01/2024
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e CPC 40/IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	01/01/2024
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 e CPC 18 (R2) / IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	1.467	3.532
Aplicações automáticas	239	144
Total	1.706	3.676

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

5.1. Circulante

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos valores mobiliários (*)	44.358	7.616
Total	44.358	7.616

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Santander Referenciado DI, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 105,23% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (106,2% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5.2. Não Circulante - Fundos vinculados – Caixa restrito

	31/12/2023	31/12/2022
Conta Reserva (**)	4.405	4.453
Total	4.405	4.453

(**) Para fins de garantia da operação de pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos na conta denominada “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três)

parcelas referentes ao financiamento BNDES. Em 31 de dezembro de 2023 a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimentos títulos públicos renda fixa referenciado FI no Banco Bradesco. A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimentos.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a receber de clientes	2.697	3.875
Total	<u>2.697</u>	<u>3.875</u>

A Companhia não contabiliza provisão para perdas de crédito esperadas, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos a vencer	1.517	3.519
Títulos vencidos em até 30 dias	38	-
Títulos vencidos em até 90 dias	579	31
Títulos vencidos há mais de 90 dias	563	325
	<u>2.697</u>	<u>3.875</u>

7. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Seguros a apropriar (*)	129	118
Total	<u>129</u>	<u>118</u>

(*) Refere-se as apólices de seguro assumidas pela Companhia conforme descrito na nota explicativa nº 27.

8. ATIVO DA CONCESSÃO

8.1. Composição do Ativo da Concessão - Saldos Acumulados

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de construção	311.892	311.892
Receita de operação e manutenção	15.169	7.942
Receita de remuneração do ativo de concessão e Variação Monetária	190.499	124.397
Recebimentos	(118.647)	(61.815)
Ganho de eficiência (entrada em operação antecipada)	89.571	89.571
Total	<u>488.484</u>	<u>471.987</u>
Circulante	58.380	55.948
Não circulante	430.104	416.039

8.2. Margens de Obrigações e Performance

Margem de O&M	31/12/2023	31/12/2022
Receita	7.227	6.444
Custos (a)	(11.153)	(3.664)
Margem (R\$)	(3.926)	2.780
Margem Percebida (%)	-54%	43%

Margem de construção	31/12/2023	31/12/2022
Receita	-	18.223
Custos	-	(10.167)
Margem (R\$)	-	8.056
Margem Percebida (%)	%	44%

- (a) Durante o exercício de 2023, a Companhia iniciou a construção de uma cobertura complementar para os compensadores síncronos a fim de melhorar a eficiência e durabilidade dos equipamentos, gerando um custo de O&M além do projetado para o exercício e sem receita adicional atrelada.

8.3. Movimentação do Ativo de Concessão

Saldo em 31 de dezembro de 2021	346.092
Receita de construção	18.223
Ganho de eficiência	89.571
Remuneração do ativo de concessão e variação monetária	62.330
Receita de operação e manutenção	6.444
Recebimentos	(50.673)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	471.987
Remuneração do ativo de concessão e variação monetária	66.102
Receita de operação e manutenção	7.227
Recebimentos	(56.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	488.484

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda a compensar	273	996
Contribuição Social a compensar	1	11
Total	274	1.007

10. TRIBUTOS A COMPENSAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS a compensar	-	1
COFINS a compensar	1	4
INSS a recuperar	4	-
Outros tributos a compensar	-	1
Total	<u>5</u>	<u>6</u>

11. IMOBILIZADO

11.1. Composição do imobilizado

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Máquinas e equipamentos	1.452	(602)	850	-
Veículos	-	-	-	1.146
Móveis e utensílios	1	-	1	-
Total	<u>1.472</u>	<u>(621)</u>	<u>851</u>	<u>1.146</u>

11.2. Movimentação do imobilizado

	<u>Valor líquido em</u>			<u>Valor líquido em</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2023</u>
Imobilizado em serviço				
Máquinas e equipamentos	-	89	-	80
Veículos	1.146	-	(53)	770
Móveis e utensílios	-	1	-	1
Total do Ativo Imobilizado	<u>1.146</u>	<u>90</u>	<u>(53)</u>	<u>851</u>

12. FORNECEDORES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores nacionais	1.879	497
Total	<u>1.879</u>	<u>497</u>

13. ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários	4	-
Provisão de bônus	163	114
Provisão de férias	90	67
Encargos trabalhistas	43	85
Total	<u>300</u>	<u>266</u>

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	659	1.072
ISS de terceiros	29	24
Outros tributos	6	1
Total	694	1.097

15. OBRIGAÇÕES REGULATÓRIAS

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para P&D	277	168
Encargos regulatórios a recolher (*)	51	116
Total	328	284

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição financeira	BNDES (a)	Total
Saldo final 31/12/2021	175.444	175.444
Captação	-	-
Juros e variação monetária	19.858	19.858
Pagamentos Principal	(5.419)	(5.419)
Pagamentos Juros	-	-
Custo de transação	(87)	(87)
Saldo final 31/12/2022	189.796	189.796
Captação	1.224	1.224
Juros e variação monetária	17.633	17.633
Pagamentos Principal	(8.081)	(8.081)
Pagamentos Juros	(8.615)	(8.615)
Custo de transação	218	218
Saldo final 31/12/2023	192.175	192.175

Classificados como:	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	8.523	8.220
Não Circulante	183.652	181.576

- a) 17 de julho de 2019, a Argo II celebrou, com a interveniência da Companhia, o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 19.2.0290.1 junto ao BNDES, mediante a abertura de crédito no valor de R\$152.180, destinado à implantação das instalações de transmissão objeto do Lote 18 do Leilão ANEEL nº 13/2015 – Segunda Etapa, de 28 de outubro de 2016, conforme previsto no Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 16/2017-ANEEL, de 10 de fevereiro de 2017, e posteriores aditivos. Em 31 de dezembro de 2022, o total captado foi de R\$79.754 (R\$63.800 em 31 de dezembro de

2019). O financiamento será remunerado de IPCA adicionado de 4,49% de juros. Esse financiamento será pago em 247 (duzentos e quarenta e sete) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciará em 15 de setembro de 2022, com liquidação prevista para 15 de março de 2043.

Vencimento das parcelas

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>
2025	8.722
2026	8.530
2027	8.688
2028 em diante	157.712
Total	<u><u>183.652</u></u>

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo II;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas financeiras são exigíveis a partir da amortização do principal que se iniciou em 15 de setembro de 2022.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento das cláusulas restritivas.

17. PIS E COFINS DIFERIDOS

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 3,65% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1, conforme previsto na Lei nº 12.973/14.

A movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.940
Constituição	8.730
Amortização	(3.443)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	17.227
Constituição	2.677
Amortização	(2.074)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17.830
Circulante	2.131
Não circulante	15.699

18. PARTES RELACIONADAS

O saldo do passivo com partes relacionadas no montante de R\$ 163 (R\$ 105 em 2022) representa despesas incorridas a serem pagas a uma empresa do grupo.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos	Vigência	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		Passivo	Passivo	Resultado	Resultado
Argo I	31/07/2024	163	105	2.106	2.468
Total		163	105	2.106	2.468

18.1. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 8.303 e R\$ 7.161, respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é paga pela Argo Transmissão de Energia S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	3.631	3.659
Encargos sociais	1.747	943
Bônus	2.925	2.559
Total	8.303	7.161

O montante total da remuneração pago pela Argo Transmissão de Energia. S.A. é rateado com a Companhia e as demais empresas do grupo, o montante correspondente a Companhia e reconhecido no resultado referente ao rateio da Remuneração da Administração é no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 279 (R\$ 241 em 31 de dezembro de 2022).

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2023, na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia não é parte em processos judiciais e administrativos na qualidade de ré, cujo prognóstico de perda seja provável.

19.1. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS DE RISCO POSSÍVEL

A Companhia não é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acreditam que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital subscrito era de R\$ 38.045, totalmente integralizado, sendo representado por 38.045.000 ações ordinárias.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.	38.045.000	100%	38.045.000	100%

20.1. Reservas de Lucros

(a) Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atingiu o limite legal do capital social totalizando R\$ 7.609.

(b) Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou R\$ 26.674 para constituição de reserva de lucros com o objetivo de preservar os investimentos e o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

(c) Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido da Companhia, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou R\$ 355 para dividendos mínimos obrigatórios, classificados no passivo circulante.

A Administração está propondo a seguinte distribuição do resultado do exercício:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	35.564	133.097
Reserva legal (5%)		(1.574)
Lucro líquido ajustado	<u>35.564</u>	<u>131.523</u>
Dividendos distribuídos no exercício		28.050
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	355	-
Reservas de lucros	26.674	98.642
Dividendos adicionais propostos	8.535	4.831
Lucro distribuído	<u>35.564</u>	<u>131.523</u>

21. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de Construção	-	18.223
Receita de remuneração do ativo de concessão	66.102	62.330
Receita de operação e manutenção	7.227	6.444
Ganho de eficiência	-	89.571
Parcela variável e outras deduções	(3.851)	-
Outras receitas	(126)	-
Receita bruta	<u>69.352</u>	<u>176.568</u>
(-) Abatimentos	-	(2.552)
(-) PIS e COFINS sobre ativo da concessão	(602)	(5.287)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(1.941)	(1.808)
(-) Encargos regulatórios	(717)	(674)
Receita líquida	<u>66.092</u>	<u>166.247</u>

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços de terceiros	(9.161)	(1.428)
Custo de construção	-	(10.167)
Pessoal	(3.041)	(3.476)
Arrendamentos e aluguéis	(61)	(54)
Depreciação e Amortização	(301)	(321)
Seguros	(185)	-
Tributos	(9)	(8)
Materiais	(174)	(76)
Outras receitas operacionais (a)	540	5.629
Outros	(8)	-
Total	<u>(12.431)</u>	<u>(9.901)</u>
Valores alocados a:		
Custos de construção	-	(10.167)
Custos de operação e manutenção	(11.153)	(3.664)
Despesas gerais e administrativas	(1.818)	(1.987)
Outras despesas e receitas operacionais	540	5.917

(a) No exercício de 2022 foram registradas outras receitas decorrentes de indenizações de fornecedores.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras:		
Receitas de títulos e valores mobiliários	3.892	(2.821)
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(1)	(2)
Outras receitas financeiras	45	(207)
Total	<u>3.936</u>	<u>(3.030)</u>
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(41)	(11)
Juros e variação monetária	(17.633)	(19.769)
Outras despesas financeiras	(362)	(174)
Total	<u>(18.036)</u>	<u>(19.954)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(14.100)</u>	<u>(22.984)</u>

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTES e DIFERIDOS

24.1. Reconciliação da alíquota efetiva

A reconciliação da despesa de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL apresentada no resultado de 2023 e 2022 é como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita Bruta de Serviços (a)	63.920	49.119
Presunção IRPJ 8%	5.114	3.930
Presunção CSLL 12%	7.670	5.894
Receitas Financeiras	4.541	3.030
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigente 34%	<u>(3.513)</u>	<u>(2.543)</u>
Outros ajustes	<u>24</u>	<u>20</u>
IRPJ e CSLL corrente reconhecido no resultado do exercício	(3.489)	(2.523)
Receitas oriundas do Ativo da Concessão (b)	73.329	176.568
Realização da RAP Base (b)	<u>(56.832)</u>	<u>(53.124)</u>
Base de cálculo do diferido	<u>16.497</u>	<u>123.444</u>
Presunção IRPJ 8%	1.320	9.876
Presunção CSLL 12%	1.980	14.813
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigente 34%	<u>508</u>	<u>3.802</u>
IRPJ e CSLL diferidos reconhecido no resultado do exercício	(508)	(3.802)
Alíquota efetiva	-8,8%	-1,8%

(a) Receita reconhecido por regime de caixa considerando a opção pela apuração do Lucro Presumido.

(b) As receitas decorrentes da adoção do CPC 47 (IFRS 15) que incluem a Receita de Construção, Receita de O&M, Remuneração do Ativo de Concessão e a redução pela Realização da RAP Base que é o recebimento mensal das parcelas da RAP.

24.2. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Passivo (a)</u>	<u>Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(10.735)	(10.735)
Contratos de concessão (a)	(3.802)	(3.802)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(14.537)	(14.537)
Contratos de concessão (a)	(508)	(508)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(15.045)	(15.045)

(a) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão CPC 47 (IFRS 15) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

25. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado básico por ação		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	35.564	133.097
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	38.045	38.045
Lucro líquido básico por ação ordinária (R\$ por ação)	<u>0,9348</u>	<u>3,4984</u>

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	<u>Nota</u>	<u>Hierarquia</u>	<u>Valor Justo</u>		<u>Valor Contábil</u>	
			<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Títulos e valores mobiliários	5.1	2	44.358	7.616	44.358	7.616
Total			<u>44.358</u>	<u>7.616</u>	<u>44.358</u>	<u>7.616</u>
Custo amortizado:						
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	1.706	3.676	1.706	3.676
Contas a receber de clientes	6	2	2.697	3.875	2.697	3.875
Fundos vinculados – caixa restrito	5.2	2	4.405	4.453	4.405	4.453
Outros ativos		2	909	12.620	909	12.620
Total Ativo			<u>9.717</u>	<u>24.624</u>	<u>9.717</u>	<u>24.624</u>
Passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores	12	2	1.879	497	1.879	497
Contas a pagar - partes relacionadas	18	2	163	105	163	105
Empréstimos e Financiamentos	16	2	192.175	181.842	192.175	181.842
Outros passivos		2	4.179	1.898	4.179	1.898
Total Passivo			<u>198.396</u>	<u>184.342</u>	<u>198.396</u>	<u>184.342</u>

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 (IFRS 7) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

- **Caixa e equivalentes de caixa:** contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- **Títulos e valores mobiliários e fundos vinculados – caixa restrito:** aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- **Fornecedores e outras obrigações:** o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.
- **Empréstimos e financiamentos:** são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.
- **Debêntures:** são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão - SIN de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber é de R\$ 2.697 (R\$ 3.875 em 31 de dezembro de 2022).

Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; (iii) fundos vinculados – caixa restrito; e (iv) empréstimos e financiamentos; e (v) debêntures.

Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2023, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	1.879	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	8.523	8.722	8.530	166.400
Contas a pagar – partes relacionadas	163	-	-	-
Total	10.565	8.722	8.530	166.400

26.1 Análise de Sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2023, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações financeiras, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI (que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras), de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 11,65% ao ano, para o IPCA, é de 3,90% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2023 é de 6,55% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 75% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Total	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	1.706	199	149	100
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	44.358	5.168	3.876	2.584
Fundos restritos	Redução do CDI	4.405	513	385	257
Total		50.469	5.880	4.410	2.941
Empréstimos e Financiamentos	Aumento da TJLP	192.175	12.587	9.440	6.294
Total		192.175	12.587	9.440	6.294

27. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros é como segue:

Tipo	Seguradora	Valor segurado	Vigência
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora S/A	200.000	30/09/2024
Seguros - Responsabilidade civil	Chubb	50.000	07/09/2024
Seguros - Frotas	Sompo	Fipe	31/05/2024

* * *

Simone Borsato
Diretora de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O